

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE (MG), REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

PRESIDÊNCIA: Vereador André Batista - Presidente. **HORÁRIO:** 18 horas.

QUÓRUM DE ABERTURA: Constatada a presença dos Senhores Vereadores: André Batista, Irmão Valdete, Darlei Silva, Edílson Mariano, Eliezer Cruz, Julbertina Ornelas, Maria Valdiza e Valério Cipó. Ausente a Vereadora Daisy Ferreira Netto. O Vereador Darlei Silva, 2º Secretário, foi convidado a assumir a 1ª Secretaria, considerando a ausência da 1ª Secretária. Em seguida foi feita a leitura do texto bíblico em Salmos 125. **1ª PARTE:** A pedido do Senhor 2º Secretário, a vereadora Julbertina Ornelas foi designada para fazer a leitura da ata da reunião anterior, que após ser lida,

foi considerada aprovada nos termos regimentais pelo Senhor Presidente.

CORRESPONDÊNCIAS e COMUNICAÇÕES: Convite do Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel PM Márcio Martins Sant'Ana, para a solenidade de formatura do Curso Especial de Formação de Sargentos 2014, a realizar-se nos dias 11, 12 e 13 de novembro às 19 horas, em Unaí-MG. Foi lido também o Parecer Prévio nº887439, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pela rejeição das contas do Prefeito Municipal, senhor Antônio Nazaré Santana Melo, exercício 2012. Não houve **APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES.**

PRONUNCIAMENTOS: O Vereador Eliezer Cruz pediu ao Senhor Presidente que verificasse o que estava acontecendo, pois ele havia recebido uma denuncia de que um proprietário de imóvel em Palmital havia vendido um lote de 1000 metros quadrados por 17 mil reais e quando foi transferir, foi cobrado um ITBI a 35,00 o metro. O valor ficou muito caro e a pessoa que fez o cálculo havia dito ao proprietário que foi os vereadores que haviam votado aquele valor. Disse que o servidor não podia falar daquela forma, pois os vereadores haviam votado a lei do leilão, mas haviam diminuído em cinquenta por cento os valores e não aumentado. O proprietário do referido lote, disse que se não houvesse solução pacífica, iria recorrer a justiça. O Senhor Presidente disse que os vereadores não haviam votado valor de ITBI e sim o leilão dos lotes. Em aparte o Vereador Edílson Mariano disse que entendia que o ITBI deveria ser calculado sobre o valor de venda do imóvel. Continuando o vereador Eliezer disse que era por isso precisavam ver pra que fosse corrigido, pois estava muito alto aquele valor. O Senhor Presidente disse que era dividido em áreas e variava os valores. Mas que no seu entendimento o que havia sido votado na Casa, era somente para aquele leilão e não para os demais imóveis. O Vereador Eliezer disse que se quisessem ele traria a pessoa que vendeu o lote para falar com os senhores vereadores. Ele disse que o funcionário não poderia falar o que falou, pois não era verdade. O Senhor Presidente disse que seria bom que identificasse o funcionário, pois assim ele poderia dar explicações a respeito de sua fala. Na **2ª PARTE.** O Senhor 2º Secretário fez a leitura da ementa do Substitutivo nº001 ao Projeto de Lei nº 024/2014, de autoria do Prefeito Municipal, *extingue, cria e transforma unidades administrativas e cargos; altera a Lei nº385, de 24 de janeiro de 2013, que “dispõe sobre a estrutura administrativa organizacional e institucional da Prefeitura Municipal de Cabeceira*

Grande” e dá outras providências. Efetuada a leitura foi submetido a 1º turno de discussão o Substitutivo nº001 ao Projeto de Lei n.º 024/2014. Ocasão em que o Vereador Darlei Silva disse havia sido o relator do projeto e que havia algumas partes no projeto que ele era contra, mas que iria votar favorável no primeiro turno, tendo em vista que iriam apresentar uma emenda de segundo turno, pois havia algumas coisas que ele e os colegas não estavam concordando no projeto. O Vereador Edílson Mariano disse que aquele projeto estava criando cargos e extinguindo outros. Estavam criando a subprefeitura e o Secretário da Subprefeitura. Mas estavam dizendo que haveria redução de gastos de quatorze mil e tantos reais, com a criação de uns cargos e extinção de outros. Mas ele não concordava com a criação de cargos, porque a medida que criasse a subprefeitura teria que ter orçamento próprio, gente pra cuidar da limpeza, contador, etc. Então iria aumentar as despesas, e no seu entendimento já havia a administração, o administrador, portanto não precisava de mais cargos. No seu entendimento ao invés de criar mais cargos, deveria colocar a Vice-Prefeita pra trabalhar lá e ajudar no que fosse necessário. E também precisava acabar com a rivalidade, pois o município era um só e não precisava daquela rivalidade. A Vereadora Julbertina Ornelas disse que era favorável ao projeto, pois precisava estruturar administrativamente o Distrito de Palmital de Minas. Disse que eram duas cidades e dificultava atender as duas da forma como estava, por isso era necessária àquela estrutura pretendida. Disse também que concordava que a Vice-Prefeita deveria trabalhar sim. Também acreditava que organizar administrativamente Palmital, iria amenizar aquela rivalidade. O Vereador Edílson Mariano disse que Palmital já estava estruturado, pois a maioria dos Secretários já era de lá. Por isso não via necessidade daquelas alterações. O Vereador Eliezer Cruz disse que em 2011 foi falado sobre criar a Subprefeitura de Palmital, mas que na época o prefeito havia dito que não tinha condições de manter a estrutura necessária. Mas se agora o prefeito acha que tem condições, então seria bom para Palmital. Disse que iriam apresentar emendas no 2º turno. O Vereador Irmão Valdete disse que aquele era um projeto polêmico, e que ele também concordava com o Vereador Edílson onde não havia assim tanta necessidade de criar mais cargos. O que no seu entendimento deveria ser feito era colocar a Vice-Prefeita como Administradora, pois aí não iria aumentar os gastos. Mas que infelizmente muitos não pensavam no povo, mas em formar um grupo político futuro e o povo era deixado em segundo plano. Disse que havia ficado sabendo que naquela semana havia sido nomeado umas 4 pessoas. E se não tem dinheiro pra obra, não deveria encher a prefeitura. Pensando nas próximas eleições e enquanto isso o povo ficava prejudicado. Disse que em quase dois anos de governo, até agora só o CRAS havia sido inaugurado e mesmo assim era verba do estado. A Vereadora Julbertina Ornelas esclareceu que o CRAS ainda não havia sido inaugurado e o que seria inaugurado no dia 15 era a Escola Margarida Gomes em Palmital. A Vereadora Maria Valdiza disse que era um projeto polêmico, mas ela era de acordo. Não sabia se o executivo iria nomear o irmão dele, porque o problema dos vereadores era isso. Mas ela acreditava que com aquela organização as coisas iriam melhorar. Encerrada a discussão, foi submetido a 1º turno de votação, tendo sido aprovado por quatro votos favoráveis, três votos contrários e nenhuma abstenção. Dando continuidade foi lido

